Mala Direta Postal
Básica
9912293447/2012/DR/BSB
CÂMARA DOS DEPUTADOS
CORREIOS

JORNAL CFFC

Informativo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmada dos Deputados Ano VI - Número 37 - Dezembro de 2015

Prêmio

CFFC entrega prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2015

Entregue anualmente pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o prêmio Transparência e Fiscalização Pública de 2015 homenageou as iniciativas da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Auditoria Cidadã da Dívida. Os agraciados foram propostos pelo presidente da CFFC, deputado Vicente Candido (PT-SP). O prêmio é concedido a pessoas ou entidades da sociedade civil cujos trabalhos ou ações merecem destaque para a causa da transparência e da fiscalização na gestão administrativa, patrimonial e dos recursos públicos.

Página 5

Em Audiencia Pública, Comissao debate endividamento nacional
Página 3

CFFC debate fiscalizacao e seguranca das fronteiras
Página 4

Camara dos deputados vai fiscalizar o Tribunal de Contas da União
Página 8

Audiência Pública na CFFC debate contratação de Cooperativas pelo Poder Público

As cooperativas de trabalho podem, sim, ser contratadas pela administração pública brasileira, seja a nível federal, estadual ou municipal. Este foi o consenso a que chegaram os participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, a pedido do deputado federal Leo de Brito (PT-AC).

A audiência reuniu, durante três horas, representantes da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), do Ministério Público do Trabalho e da Procuradoria Geral do Estado do Acre (PGE), além de dirigentes de cooperativas de vários estados, entre as quais a Cooperativa de Serviços Gerais (Coopserge), que atua há 15 anos no Acre e possui 2,4 mil associados.

Na abertura, o presidente da CFFC, deputado Vicente Cândido (PT-SP) destacou a importância do debate e defendeu o direito legal e constitucional das cooperativas poderem ser contratadas para executar quaisquer tipos de serviços junto aos poderes públicos do País, ideia compartilhada com o autor do requerimento.

Leo de Brito lembrou que o debate foi suscitado a pedido da própria Coopeserge que, junto a outras cooperativas de trabalho, está sendo questionada na Justiça pelo MPT por executar serviços para o governo acreano. Ao todo, a ação do Ministério Público do Trabalho atinge cerca de dez mil trabalhadores associados a cooperativas do estado.

Na audiência pública, o subprocurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Fábio Cardoso, deixou claro que o MP jamais foi contrário à contratação de associados de cooperativas de trabalho pelos poderes públicos."O que o Ministério Público combate é o falso cooperativismo, que acaba prejudicando os trabalhadores assalariados", afirmou.

A mesma posição foi tomada pelo professor e renomado economista Paul Singer, representando a Secretaria Nacional de Economia Solidária, pelo cooperativista Tiago Machado, da OCB, e pelo procurador Davi Laerte Vieira, que representou a Procuradoria Geral do Estado do Acre. A PGE foi quem conseguiu liminar junto ao Tribunal Regional do Trabalho do Acre e de Rondônia que suspendeu a decisão dada pela Justiça do Trabalho, a pedido do Ministério Público, contra a contratação da Coopeserge e das outras cooperativas acreanas.

"Os participantes foram unânimes em reconhecer que o poder público pode contratar, sim, tais cooperativas", assinalou Leo de Brito. Segundo o deputado, a regulamentação da lei geral do cooperativismo dará mais segurança jurídica às cooperativas de trabalho de todo o país que têm o direito constitucional de prestarem serviços, através de seus associados, para todos os órgãos e entidades públicas do País.

Expediente

Informativo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Presidente: Deputado Vicente Cândido (PT-SP)
Vice-Presidente: Valtenir Pereira (PROS-MT)
2o Vice-Presidente: João Arruda (PMDB-PR)
3o Vice-Presidente: Wellington Roberto (PR-PB)

Secretário-Executivo: Luiz Paulo Pieri
Jornalista responsável: Silene Santos (Mtb 25.624)
Projeto gráfico e diagramação: Gabriel Vieira
Texto e Revisão: Assessoria CFFC

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala A, sala 161/163 - **Telefone:** (61) 3216-6672
E-mail: cffc.decom@camara.leg.br/ dep.vicentecandido@camara.leg.br

Fiscalização e segurança das fronteiras brasileiras são temas de debate na CFFC

Com uma faixa de terras de quase 16 mil quilômetros de extensão que abrange 11 estados, a necessidade da criação de legislação específica que regulamente a fiscalização, o controle e a segurança nas fronteiras brasileiras foi foco de Audiência Pública promovida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em 5 de novembro. Por solicitação do vice-presidente da comissão, deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), o debate reuniu representantes de auditores fiscais, fiscais da Receita, policiais federais e policiais rodoviários federais.

A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou fragilidades nas fronteiras, norteou a discussão. De acordo com o órgão, atualmente a proteção aduaneira é realizada por diversas instituições com trabalhos independentes e autônomos. Para Carlos Sebastião Costa, secretário de Controle Externo no estado do Mato Grosso do Sul e representante do TCU é preciso unificar estas forças e controlar com mais efetividade "a ocorrência de crimes transnacionais, a existência de conflitos fundiários, a injustiça social e a degradação do meio ambiente".

A análise do Tribunal de Contas aponta também outra perspectiva. "Por outro lado, a faixa de fronteira também tem diversas potencialidades a serem exploradas, como turismo, riquezas naturais, florestas, terras férteis, potencial hídrico e mineral, além de serem rotas de comunicação comercial e social internacional e de acesso à costa oeste da América do Sul (Oceano Pacífico)", avalia.

Entre as recomendações dos debatedores, destaca-se o aumento do efetivo das categorias, a convocação de aprovados no cadastro de reserva, o pagamento do adicional de fronteiras e o reajuste salarial para repor perdas inflacionárias. Segundo a auditoria, os recursos para a região não são devidamente executados. Em 2014, o orçamento previa R$ 2,7 bilhões, mas apenas R$ 1 bilhão foi investido.

Sobre a necessidade de funcionamento ininterrupto da aduana, os participantes da Audiência Pública não chegaram a um consenso. Para Silvia Helena de Alencar Felismino, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita), o horário de funcionamento dos portos reduz a competitividade. José Carlos de Araújo, Coordenador-Geral de Administração Aduaneira, rebateu a proposta: "apenas no porto de Santos se justifica uma aduana funcionando 24 horas".

Flávio Werneck Meneguelli, da Federação Nacional dos Policiais Federais, e Alfredo Jorge Madeira Rosa, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), destacaram a necessidade do aumento no efetivo na fiscalização.

CFFC participa em São Paulo de seminário sobre a agenda para o Brasil com base em experiências de alguns países

Em seminário promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP –, especialistas e autoridades compartilharam e discutiram experiências de outros países que enfrentaram situações semelhantes à que o Brasil atravessa, notadamente Holanda, Suécia, México, Portugal e Estados Unidos.

O "Seminário OCDE-FIESP – Construindo uma agenda positiva para o Brasil: lições de práticas e experiências internacionais", realizado na capital paulista, foi promovido em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, instituição internacional que integra 34 países que defendem a economia de livre mercado com princípios de democracia representativa. O evento contou também com a colaboração do Tribunal de Contas da União (TCU). A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle foi representada pelo vice-presidente, deputado Valtenir Pereira (PMB-MT).

Nos painéis, destacaram-se termos como indústria forte, boa governança, investimento, eficiência orçamentária, diminuição da burocracia, inovação, transparência, país forte, ajuste fiscal e modelo de governo.

Entre os debatedores, estavam os ministros Joaquim Levy, da Fazenda; Valdir Simão, da Controladoria-Geral da União; e o presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz.

Participantes

Participaram do Seminário os líderes empresariais: Paulo Skaf, presidente da FIESP, com diversos dirigentes e conselheiros; e Guilherme Afif Domingos – presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE –; entre outros.

A OCDE listou Angel Gurría, secretário-geral; Marcos Bonturi, diretor de Relações Globais; Iza Lejarraga, da Divisão de Políticas de Investimento; Edwin Lau, da Divisão de Reforma do Setor Público; e Álvaro Santos Pereira, da Divisão de Estudos Nacionais do Departamento de Economia.

Entre os estrangeiros, estavam ainda a consulesa geral britânica, Joana Crellin; a representante do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos, Holly Donnelly; o membro do Conselho de Estado dos Países Baixos, Peter van den Berg; e o representante da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública de Portugal, Jaime Quesado.

CFFC entrega prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2015

Entregue anualmente pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o prêmio Transparência e Fiscalização Pública de 2015 homenageou as iniciativas da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Auditoria Cidadã da Dívida. Os agraciados foram propostos pelo presidente da CFFC, deputado Vicente Candido (PT-SP). O prêmio é concedido a pessoas ou entidades da sociedade civil cujos trabalhos ou ações merecem destaque para a causa da transparência e da fiscalização na gestão administrativa, patrimonial e dos recursos públicos.

Para o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a atuação da Comissão e dos órgãos homenageados com o prêmio faz parte de um conjunto de ações para trazer mais igualdade ao País. "Estamos conseguindo criar mecanismos de controle e transparência para construir um novo Brasil para as próximas gerações", ressaltou o presidente.

Neste ano, a Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu o prêmio Mário Covas – categoria governamental. "A CGU tem se empenhado a atuar na defesa do patrimônio público e da transparência", destacou o secretário executivo da CGU, Carlos Higino. "O parlamento nos deu missões extremamente importantes. Entre elas, destaco uma das leis que colocaram a Controladoria-Geral da União no centro de decisão e de ação: a Lei de Acesso à Informação", lembrou.

Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, representou a organização no evento e recebeu o prêmio José Alencar – categoria sociedade civil. "Faço questão de destacar a atuação dos jovens em São Paulo, pois viram o seu direito ameaçado e nossos mestres não devidamente valorizados", afirmou Maria Lúcia. Ela conclui: "vivemos neste cenário em um País rico e com imensas potencialidades".

CFFC realiza visita técnica à Petrobras e Transpetro

Realizada na sede da Petrobras no Rio de Janeiro, a visita técnica promovida pelo vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Valtenir Pereira (PMB-MT), reuniu representantes de empresas do setor naval e da sociedade civil organizada. O objetivo era debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego do Brasil.

A ação do Fórum Permanente, criado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, comissão presidida pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP), teve como principal objetivo o esclarecimento do processo que tramita entre as duas empresas.

Participaram da reunião o consultor da Presidência da Petrobras, Armando Toledo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, Edson Rocha, a gerente-executiva jurídica da Transpetro, Dra. Mariana Lewin Haft, o diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia (MME), Cláudio Ishihara, o diretor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Dreicon, e o deputado Fernando Jordão (PMDB-RJ).

Crise do setor naval

Criado não apenas para diagnosticar problemas, mas também apontar soluções para o governo e a sociedade, o Grupo de Trabalho tem como objetivo principal construir alternativas aos efeitos negativos da Operação Lava Jato. Entre os principais impactos, destaca-se o fechamento de milhares postos de trabalho e o prejuízo econômico.

CFFC participa de Audiência Pública conjunta sobre a tragédia em Mariana (MG)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, junto às Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e de Legislação Participativa (CLP) promoveu Audiência Pública, realizada em 18 de novembro, para debater ações preventivas e reparadoras de direitos humanos resultantes de impactos sociais e ambientais da mineração, inclusive as decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos minerais no município de Mariana (MG).

Autor do requerimento na CFFC, o deputado Adelmo Leão (PT-MG), acentuou que o rompimento das barragens de Fundão e Santarém, da mineradora Samarco, "provocou enorme tragédia, comparável a um tsunami de lama e rejeito tóxico". O povoado de Bento Rodrigues, distante 2,8 quilômetros, onde havia 200 casas e viviam 620 pessoas, foi arrasado. O parlamentar destacou ainda que o rompimento das barragens pode se tornar o mais grave acidente desta natureza já registrado no país, segundo dados do Comitê Brasileiro de Barragens.

O deputado Vicente Cândido (PT-SP), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, acompanhou a sessão e destacou a importância de avaliar os prejuízos e atribuir a reponsabilidade aos responsáveis. Neste sentido, os participantes foram unânimes em atribuir à mineradora Samarco a responsabilidade pelo desastre em Mariana (MG), onde uma barragem de rejeitos de mineração se rompeu e causou mortes, desaparecimentos e um desastre ambiental que afetou milhares de pessoas e a contaminação de mais de 500 quilômetros do Rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo.

Deputados pediram, ainda, mudanças legais para tornar obrigatória a implantação de medidas preventivas e acabar com os limites máximos de multas por danos ambientais a empresas responsáveis por desastres dessa natureza.

Histórico

A barragem, chamada Fundão, pertence à mineradora Samarco,

controlada pela Vale do Rio Doce e pela anglo-australiana BHP. Ela se rompeu no dia 5 de novembro em Mariana, cidade histórica a 124 quilômetros de Belo Horizonte. O rompimento, considerado o maior desastre ambiental do País, provocou uma tsunami de lama que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros do centro de Mariana, e propriedades rio abaixo.

A lama atingiu o Rio Doce, provocando mortandade de peixes e prejudicando o abastecimento de água em dezenas de cidades e vilarejos. Até a segunda-feira (16), 12 pessoas estavam desaparecidas e quatro corpos não haviam sido identificados. Sete mortos já foram identificados e mais de 600 pessoas ficaram desabrigadas.

A mineradora Samarco também foi acusada de não avisar os moradores atingidos sobre o rompimento da barragem, o que impediu a fuga de vítimas.

Cláudia Bonalume, representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, disse que não havia plano de evacuação dos atingidos: "Com isso, perdemos cinco adultos e cinco crianças".

A falta de plano de emergência foi confirmada por uma moradora

atingida, Rosilene Gonçalves da Silva. Ela gravou um depoimento apresentado na audiência. Rosilene morava no povoado de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros do centro de Mariana, que foi totalmente destruído. "Ninguém foi avisado. A barragem começou a romper duas horas antes e daria tempo para avisar todo o mundo. Eles tinham os nossos celulares. A preocupação deles era só com o lucro que estavam tirando dali; consideravam a gente como lixo", disse.

A subprocuradora da República Sandra Cureau, coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Minas Gerais, disse estar "estarrecida" com o comportamento da mineradora Samarco.

"Houve total falta de respeito da Samarco com os seres humanos. Ela não tinha plano de emergência e não sabe nem para quem avisou. E disseram que não têm de pedir desculpas a ninguém", criticou, referindo-se a entrevistas de um diretor da empresa.

Com Agência Câmara

CFFC discute dívida pública em audiência

Para Maria Lucia Fattorelli, discutir a dívida pública é discutir o Brasil. A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida foi convidada, junto ao coordenador de estudos em Desenvolvimento Federativo da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Constantino Cronemberg Mendes, a participar de Audiência Pública realizada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle na última quarta-feira (21).

O presidente da CFFC, Vicente Cândido (PT-SP), destacou que o parlamento precisa trabalhar unido para que o país volte a crescer. "A solução passa pelo parlamento, não podemos abrir mão das nossas competências e colocar toda culpa no poder executivo e na sociedade", ressaltou. De acordo com o parlamentar, é preciso entender que o País tem boas perspectivas e que ajustes fiscal e tributário trarão soluções pontuais e estruturais à economia nacional.

"Precisamos enxergar a riqueza e a potencialidade do Brasil para, a partir de então, legislar de maneira a criar instrumentos para que esta riqueza se reverta em benefícios para o País", destacou Fattorelli. A coordenadora e ex-auditora fiscal da Receita Federal, deu ênfase à necessidade de regulamentação da exploração do nióbio – metal que o Brasil detém 98% das reservas mundiais.

Outro destaque foi a necessidade de uma reforma tributária. "É fundamental haver modificação na legislação tributária para que possamos desonerar a classe trabalhadora e aumentar os encargos para as grandes fortunas", explicou Vicente Cândido. Para Fattorelli, "a Câmara dos Deputados tem o dever de regulamentar as taxas de juros e começar a taxar as remessas para o exterior".

Realizada por requerimento do deputado Adelmo Leão (PT-MG), a Audiência Pública possibilitou o debate sobre as contas públicas. "Apenas tendo consciência da situação atual é que poderemos mudar, precisamos de mais audiências como esta que levam informação à sociedade brasileira", enfatizou Leão. Para o consultor do IPEA, Constantino Cronemberg, a audiência representa uma "evolução na discussão de mecanismos de solução para a situação financeira que estamos enfrentando".

Câmara dos Deputados vai fiscalizar o TCU

Numa votação marcada pela polêmica e pelo ineditismo da matéria, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, presidida pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP), aprovou a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 152/13, que institui a adoção de medidas para fiscalizar "atos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais no Tribunal de Contas da União (TCU), quanto à legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade" – conforme consta do relatório prévio do deputado Hissa Abrahão (PPS-AM), responsável pela continuidade da investigação que será feita pela CFFC, com o auxílio da Consultoria de Orçamento e Fiscalização.

A proposta aprovada prevê ainda que os atos de fiscalização e controle sejam realizados também pelos órgãos técnicos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e, sendo necessário, do Poder Executivo. A auditoria vai abranger, entre outros, a área de pessoal, como folha de pagamento, jornada de trabalho de servidores e concessão de aposentadorias e pensões; a área de licitações, contratos e patrimônio, como processos de aquisições de bens e serviços; a área de tecnologia da informação (TI), como gestão de riscos e custos de TI; e a área contábil e operacional, como processos de prestação de contas.

De acordo com o texto, a fiscalização possibilitará ao Congresso Nacional, que é titular do Controle Externo segundo a Constituição, a efetiva fiscalização dos recursos públicos geridos pelo TCU. De acordo com o relator, a aprovação PFC representa uma vitória para a comissão, já que a matéria estava em tramitação desde 2013. "Todo e qualquer órgão merece ser fiscalizado", argumenta Hissa Abrahão.